



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

A DIPLOMACIA DA PROSPERIDADE

DISCURSO PROFERIDO NO PALÁCIO ITAMARATY, EM
BRASÍLIA, A 5 DE ABRIL DE 1967

Senhores:

Do Palácio Itamaraty e na presença das mais altas autoridades da República, faço o meu primeiro pronunciamento sobre política exterior e, com isso, quero demonstrar a importância que atribuo às relações internacionais.

O nome Itamaraty evoca Rio Branco, o estadista que deu à consolidação do nosso patrimônio territorial a prioridade de tratamento exigida pelas circunstâncias históricas, desenvolvendo ação diplomática que consagrou nossa vocação pacifista.

Cumpre agora valorizar o patrimônio recebido em benefício do homem brasileiro. Para tão importante tarefa desejo mobilizar nossa diplomacia em torno de motivações econômicas, de maneira a assegurar a colaboração externa necessária à aceleração do nosso desenvolvimento.

A capacidade de adaptar-se às exigências de cada época figura entre as melhores tradições do Itamaraty. A diplomacia do Brasil sempre se baseou na clara identificação dos interesses do País e na apreciação serena e realista do momento internacional, em busca das soluções mais compatíveis com os propósitos e necessidades nacionais.

Essa tradição de objetividade e pacifismo será mantida. A política exterior de meu Governo refletirá, em sua plenitude, as nossas justas aspirações de progresso econômico e social, nosso inconformismo com o atraso, a ignorância, a doença e a miséria — em suma, a nossa decisão de desenvolver intensamente o País.

Estamos convencidos de que a solução dos problemas do desenvolvimento condiciona em última análise a segurança interna e a própria paz internacional. A História nos ensina que um povo não poderá viver em clima de segurança enquanto sufocado pelo subdesenvolvi-

mento e inquieto pelo seu futuro. Não há tampouco lugar para a segurança coletiva em um mundo em que cada vez mais se acentua o contraste entre a riqueza de poucos e a pobreza de muitos.

De fato, em nossos dias, a questão social deixou de ser apenas um problema de cada país para adquirir dimensão mundial. A justiça social é agora indispensável, não só nas relações entre indivíduos mas também entre as nações.

Recebemos, por isso, com grande entusiasmo, o apelo de Sua Santidade o Papa Paulo VI para «uma ação concreta em favor do desenvolvimento integral do homem e do desenvolvimento solidário da Humanidade».

Esses também os nossos objetivos, convictos que estamos de que «o desenvolvimento é o novo nome da paz».

Daremos, assim, prioridade aos problemas do desenvolvimento. A ação diplomática de meu Governo visará, em todos os planos, bilaterais ou multilaterais, a ampliação dos mercados externos, a obtenção de preços justos e estáveis para nossos produtos, a atração de capitais e de ajuda técnica, e — de particular importância — a cooperação necessária à rápida nuclearização pacífica do País.

Por força do condicionamento geográfico, coerente com as tradições culturais e fiel à sua formação cristã, o Brasil está integrado no mundo ocidental e adota os modelos democráticos de desenvolvimento. Estaremos, porém, atentos às novas perspectivas de cooperação e de comércio resultantes da própria dinâmica da situação internacional, que evoluiu da rigidez de posições, características da «guerra fria», para uma conjuntura de relaxamento de tensões.

Ante o esmaecimento da controvérsia Leste-Oeste, não faz sentido falar em neutralismo nem em coincidências e oposições automáticas. Só nos poderá guiar o interesse nacional, fundamento permanente de uma política externa soberana.

Meus Senhores,

Com os países da América Latina temos afinidades naturais e profundas, a que se soma solidariedade decorrente do estágio similar de desenvolvimento. Sobre essa base, pretendemos construir o grande edifício da integração regional — gigantesco complexo econômico que alcançará meio bilhão de habitantes, antes do fim do século. Não só a integração econômica regional, mas, essencialmente, a espiritual e social, para unificação da família humana — neste Continente.

A integração da América Latina — para evocar palavras proferidas por Sua Santidade o Papa Paulo VI, anteriormente à divulgação da Encíclica «*Populorum Progressio*» — é um processo em marcha e de caráter irreversível. Constitui-se num instrumento indispensável para o desenvolvimento harmônico da região e marca uma etapa fundamental para a unificação da família humana. Nas atuais circunstâncias de crise e

consolidação das relações políticas, econômicas e sociais, a integração da América Latina é uma contribuição essencial à paz mundial. Mas, para a consecução deste altíssimo *desideratum* — adverte Sua Santidade — será necessário despertar as consciências, face a dificuldades tais como: os *nacionalismos* individualistas, que ignoram o bem comum latino-americano; o *egoísmo* dos grupos e classes, que subordinam aos seus interesses particulares o desenvolvimento do Continente; os *setores e grupos econômicos* que podem *exercer* uma influência negativa nas áreas integradas, subordinando os valores espirituais aos interesses materiais.

A decisão histórica de instituir um mercado comum latino-americano deverá ser tomada proximamente e contará com o mais decidido apoio do Brasil. A criação de um espaço econômico mais amplo é indispensável à maioria dos países do Continente para que possam realizar as aspirações do progresso e bem-estar dos seus povos. Temos plena consciência da complexidade do processo de integração e do esforço que será requerido de cada um de nossos países. Por essa razão, entendemos que o processo deve ser progressivo e através do aperfeiçoamento e convergência dos mecanismos existentes — a ALALC e o Mercado Comum Centro-Americano. Tal processo constitui responsabilidade essencialmente latino-americana. Devemos iniciá-lo com pleno conhecimento de seus efeitos e com firme determinação de levá-lo a bom termo.

O Brasil vê nesse processo associativo um meio seguro de conferir caráter eminentemente positivo à solidariedade latino-americana e de reforçar substancialmente a própria solidariedade hemisférica. Com efeito, abrem-se novas e significativas oportunidades à cooperação dos Estados Unidos com os demais países do Continente. Refiro-me, de modo particular, ao financiamento do comércio intra-latino-americano e de projetos multinacionais de infra-estrutura, que constituirão a base física da integração.

É, assim, auspiciosa a atitude dos Estados Unidos no tocante aos problemas do desenvolvimento regional, principalmente sua decisão de dar incentivo à Aliança para o Progresso e de propiciar recursos para a integração latino-americana.

O bom entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil muito contribuirá para a realização de tais objetivos. Nesta oportunidade de-sejo reafirmar os nossos propósitos de cooperar intensamente com a Nação norte-americana.

A recente reforma da Carta da OEA — criando novas instituições interamericanas e afirmando novos princípios de cooperação econômica — está destinada a infundir em nosso sistema regional a substância de há muito reclamada, retirando do foro continental a retórica e o academicismo.

Por essas razões, antevejo com otimismo o próximo encontro dos Chefes-de-Estado Americanos. Tudo indica que em Punta del Este poderemos dar novo e decidido impulso à Aliança para o Progresso e à cooperação entre os países latino-americanos.

Na busca de capitais e de mercados, teremos igualmente em vista os países da Europa Ocidental, em particular a Comunidade Econômica Européia, que hoje constitui a segunda grande unidade de comércio internacional. Desejamos reforçar as nossas identidades culturais e políticas com países dessa área através do incremento do intercâmbio econômico, científico e técnico. Com Portugal, procuraremos estreitar ainda mais os vínculos especiais que nos unem.

Na Europa Oriental, pretendemos expandir as bases do intercâmbio econômico, buscando participar, de forma crescente, das novas modalidades de cooperação que se delineiam nas relações entre os países socialistas e os do Ocidente.

Na África e na Ásia, tencionamos dar maior expressão às nossas afinidades e interesses. São tradicionais e significativos os nossos laços com o Japão e nos empenharemos pelo seu constante fortalecimento. Com os países menos desenvolvidos daqueles Continentes, já está consagrada nos foros internacionais a ação conjunta para resolver os problemas de comércio e desenvolvimento. Procuraremos agora incrementar tal cooperação e estendê-la ao plano das relações bilaterais.

O Brasil continuará a dar pleno apoio à consecução dos grandes objetivos das Nações Unidas: — a paz e a segurança internacionais, a liquidação do colonialismo e a criação de condições propícias ao desenvolvimento econômico e social.

Continuaremos a emprestar nossa cooperação às operações de paz empreendidas pela ONU. No âmbito da Conferência de Comércio e Desenvolvimento, pleitearemos com empenho o cumprimento das resoluções destinadas a rever as bases do sistema de trocas internacionais. Apoiaremos as medidas de desarmamento como meio de fortalecer a segurança geral, liberando recursos para financiar o desenvolvimento. Estaremos, assim, contribuindo para eliminar uma das grandes fontes de tensões internacionais que é a divisão do Mundo no sentido Norte-Sul.

Senhores,

Devemos ter consciência de que o programa do nosso desenvolvimento tem de ser feito no quadro da Revolução Científica e Tecnológica que abriu para o Mundo a Idade Nuclear e Espacial. Nessa nova era que começamos a viver, a ciência e a tecnologia condicionarão, cada vez mais, não apenas o progresso e o bem-estar das nações, mas a sua própria independência.

O Brasil e toda a América Latina deverão fazer agora uma opção clara e decidida, engajando-se num programa racional e ousado de

promoção da pesquisa e das aplicações práticas da ciência. Nesse contexto, a energia nuclear desempenha papel transcendente e é, sem dúvida, o mais poderoso recurso a ser colocado ao alcance dos países em desenvolvimento, para reduzir a distância que os separa das nações industrializadas.

Estamos convencidos de que, paralelamente à formação do Mercado Comum regional, deveremos dar passos concretos para iniciar um segundo processo de integração latino-americana em torno da utilização da energia nuclear.

A meta será colocar a serviço da melhoria das condições de vida do povo as forças portentosas que se concentram no átomo. Repudiamos o armamento nuclear e temos consciência dos graves riscos que a sua disseminação traria à Humanidade. Impõe-se, porém, que não se criem entraves imediatos ou potenciais à plena utilização, pelos nossos países, da energia nuclear para fins pacíficos. De outro modo, estaríamos aceitando uma nova forma de dependência certamente incompatível com as nossas aspirações de desenvolvimento.

Esta, Senhores, em grandes linhas, a política externa que o meu governo pretende executar.

Poderia haver divergências quanto aos caminhos a seguir — pois as diferenças de opinião e o debate livre são pressupostos do próprio regime democrático — mas não há lugar para desacordo quanto aos objetivos de engrandecimento nacional e de plena realização das potencialidades do homem brasileiro. Tais objetivos constituem compromisso solene com o nosso povo, em cujo exclusivo interesse fomos buscar inspiração.

Para a execução dessa política, conto com o apoio de todos os brasileiros, acima de quaisquer considerações partidárias. Com base nessa união, poderá o meu governo realizar a diplomacia da prosperidade, cumprindo a missão histórica de valorizar o imenso patrimônio nacional que o Itamaraty tanto ajudou a construir.